



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**O GESTOR ESCOLAR E O DESAFIO DE MEDIAR AS RELAÇÕES DE  
TRABALHO ENTRE OS DIVERSOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

**Belo Horizonte**

**2011**

**ROSELITA SOARES DE FARIA**

**O GESTOR ESCOLAR E O DESAFIO DE MEDIAR AS RELAÇÕES DE  
TRABALHO ENTRE OS DIVERSOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Paula Elizabeth Nogueira Sales

**Belo Horizonte**

**2011**

ROSELITA SOARES DE FARIA

## **O GESTOR ESCOLAR E O DESAFIO DE MEDIAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE OS DIVERSOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Paula Elizabeth Nogueira Sales (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de janeiro de 2011

Dedico este trabalho à equipe de profissionais da E.M. Gracy Vianna Lage, que possui a “querência” de contribuir com a qualidade de vida dos alunos e alunas da comunidade onde trabalhamos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo seu amor infinito  
e a todos que proporcionaram a realização  
desse curso.

## RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre o papel do gestor escolar enquanto mediador das relações de trabalho entre os diferentes profissionais da educação no interior da escola. Percebe-se hoje nas escolas a coexistência de vários tipos de profissionais, envolvidos em atividades de ensino-aprendizagem distintas e com diferentes vínculos profissionais. Diante dessa realidade, pergunta-se: Qual o papel do gestor na mediação das relações de trabalho? Como essa realidade é abordada no Projeto Político Pedagógico (PPP)? A partir dessas questões, será feita uma análise do PPP da Escola Municipal Gracy Vianna Lage, em Belo Horizonte - MG, estabelecendo um diálogo com a bibliografia especializada. Através desse estudo, espera-se levantar pressupostos para a atuação do gestor frente à administração das relações de trabalho no interior da escola, dentro da proposta de gestão democrática.

Palavras-chave: Relações de Trabalho; Profissionais da Educação; Gestor Escolar.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO...09</b>	
<b>3.AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA MUNICIPAL GRACY VIANNA LAGE.....</b>	<b>11</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>15</b>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## ANEXO – PPP DA E. M. GRACY VIANNA LAGE

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a escola se transformou em um espaço diverso, tanto em relação ao tempo em que ocorrem as atividades, quanto às pessoas envolvidas nos processos de aprendizagem. Esse processo vem acarretando mudanças no cotidiano e nas relações de trabalho dentro da escola. Pode-se dizer que se trata de um fenômeno novo, pois onde, anteriormente, havia professores e supervisores, voltados diretamente para a atividade de ensino-aprendizagem, hoje o que se vê são diversos tipos de profissionais, em etapas de formação diversas, ocupando-se da atividade, até então, específica do professor. Ou seja, outros atores entraram para o espaço da escola em atividades educativas.

Um exemplo disso são as diversas parcerias da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte com empresas, secretarias e outras instâncias do governo, desenvolvendo nas escolas vários programas e projetos educacionais, com a atuação de diferentes profissionais. Os principais programas que a Rede Municipal mantém hoje nas escolas são: Programa Escola Integrada, juntamente com o Programa Segundo Tempo e o Mais Educação, Programa Escola Aberta, Projeto Férias na Escola e Programa Saúde na Escola. Cada programa possui um tempo dentro da organização escolar, fazendo com que o prédio escolar esteja aberto ao público, mesmo nos finais de semana e no período de férias. Assim, dentro da escola vai se configurando outras organizações de tempos e formas de aprendizagem.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Gracy Vianna Lage<sup>1</sup>, onde atuo como gestora, observa-se que o projeto é datado de 2005, quando ainda não havia esses projetos e programas, da forma como estão configurados hoje. Nota-se também que o documento não traz nenhuma reflexão sobre as relações de trabalho no interior da instituição escolar. Contudo, na atual gestão da escola, percebe-se que o aumento de profissionais no seu interior, muitas vezes, é motivo de conflito, trazendo para a gestão desafios que precisam de respostas contundentes.

---

<sup>1</sup> O PPP da Escola Municipal Gracy Vianna Lage compõe o anexo deste trabalho.

Esta aí a motivação para a delimitação do tema do presente trabalho, que visa refletir, à luz da bibliografia estudada, como se dão as relações de trabalho no interior da Escola Municipal Gracy Vianna Lage e qual deve ser o papel do gestor frente a esse desafio que interpela o trabalho cotidiano. Para tanto, é necessário compreender quem são esses novos atores, que atividades exercem, como as exercem, quem as coordena e qual é o recurso destinado para elas, em relação ao destinado para as atividades dos professores da escola regular. Assim, será analisada a forma como se configuram as relações no interior da escola e os caminhos possíveis de serem trilhados pelo gestor diante dessa realidade, em que é necessário administrar um número grande de profissionais, voltados para atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, além de integrar a todos em um projeto de escola.

Por meio desse estudo, espera-se levantar pressupostos para a atuação do gestor frente à administração das relações de trabalho no interior da escola, dentro da proposta de gestão democrática. Para o desenvolvimento desse estudo, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa documental do PPP da escola e a pesquisa bibliográfica acerca da temática em pauta.

Assim, o trabalho se divide em três partes. A primeira aborda, numa perspectiva teórica, os profissionais da educação e suas relações de trabalho. A segunda trata das relações de trabalho no contexto da Escola Municipal Gracy Vianna Lage. Na última parte, apresentam-se algumas conclusões da pesquisa desenvolvida.

## **2. OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Segundo o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, a conceituação dos termos trabalhadores/as da educação “[...] se constitui como recorte de uma categoria teórica que retrata uma classe social: a dos/das trabalhadores/as.” (MEC, 2010, p. 77). Assim, esses termos representam o conjunto de todos/as trabalhadores/as que atuam no meio educacional.

No entanto, o documento limita como profissionais da educação apenas professores, especialistas e funcionários de apoio e técnico-administrativos, que

trabalham nas instituições de ensino. Além disso, especifica como profissionais do magistério os docentes, que atuam diretamente no ensino, e esclarece que estes devem ser habilitados para tal, como condição para ingresso na carreira docente, devendo ser contratados, preferencialmente, por meio de concurso público para a rede pública de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/1996, em seu artigo 61, considera como “[...] profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos.” (BRASIL, 1996). Ainda conforme esse artigo, tais profissionais são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (BRASIL, 1996).

Sabe-se, no entanto, que a lei está voltada para os profissionais dos níveis da educação básica e suas modalidades, não considerando aqueles que trabalham em programas e projetos da escola, que funcionam concomitantemente a esses níveis de ensino. Desse modo, pode-se concluir, em uma primeira análise, que os profissionais que atuam em programas e projetos no interior da escola não são considerados profissionais da educação escolar.

Souza *et al* (2003, p. 1059), ao versar sobre o trabalho dos profissionais da educação no contexto das recentes reformas educacionais, pondera:

As políticas educacionais dos anos 90 resultaram em: sucateamento da escola pública; baixa qualidade do ensino; adoção de modelos autoritários de avaliação; estímulo à competitividade entre os trabalhadores; insuficiência geral de recursos; desvalorização profissional; precarização das relações de trabalho.

Oliveira (2004, 1138) também aponta a precarização das relações de trabalho como um problema que permeia o trabalho docente:

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho e emprego têm sido caracterizadas, na atualidade, pela ameaça de um fenômeno considerado por alguns autores uma precarização das relações de trabalho. Tal movimento, contudo, não se circunscreve às relações de trabalho caracterizadas como aquelas intrínsecas ao processo de trabalho, mas

compreende principalmente as relações de emprego, apresentando uma tentativa de flexibilização e até mesmo desregulamentação da legislação trabalhista.

Esse contexto de flexibilização do trabalho pode explicar a realidade presente hoje nas escolas públicas, onde se percebe a coexistência de vários tipos de profissionais, envolvidos em atividades de ensino-aprendizagem distintas e com diferentes vínculos profissionais.

### **3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA MUNICIPAL GRACY VIANNA LAGE**

Atualmente, a Escola Municipal Gracy Vianna Lage conta com professoras e professores, que atuam diretamente com atividades de ensino-aprendizagem na educação básica, além da coordenação pedagógica, coordenação de turno e direção escolar. Já nos projetos e programas<sup>2</sup> da escola, têm-se os seguintes profissionais: agentes culturais; voluntários ressarcidos; monitores de informática; monitores de saúde; estagiários de educação inclusiva; estagiários de nível superior e oficinairos. É necessário explicar o papel de cada um desses profissionais para entender como se relacionam com as atividades de ensino-aprendizagem.

Os Agentes Culturais são pessoas da comunidade que são selecionadas para trabalhar diretamente com os alunos em oficinas temáticas ou por área de conhecimento, que acontecem no contra-turno, ou seja, no horário diferente das aulas regulares. Possuem carteira assinada pela AMAS - Associação Municipal de Assistência Social e não recebem vale transporte, pois um dos requisitos é pertencer à comunidade próxima da escola. Não é exigida formação para o cargo.

Os Voluntários Ressarcidos são pessoas selecionadas na comunidade local para ministrar oficinas na escola aos finais de semana. Eles recebem uma ajuda de custo (alimentação e transporte), de acordo com as horas trabalhadas. Não precisam ter formação acadêmica, mas sim, conhecimento da área na qual ministrarão a oficina.

---

<sup>2</sup> Entre os programas desenvolvidos na Escola Municipal Gracy Vianna Lage, destacam-se: Programa Escola Integrada, Programa Escola Aberta e Programa Saúde na Escola.

O Monitor de Informática atua diretamente com os alunos nas atividades de informática. Atualmente, quem exerce esta função são jovens a partir de 15 anos de idade, por meio do programa Jovem Aprendiz, que estabelece um contrato de aprendizagem de até 2 anos. No exercício dessas atividades, os jovens aprendizes são acompanhados por professores e equipe da Secretaria Municipal de Educação. Durante esses dois anos, os jovens aprendizes passam por 500 horas de formação teórica e prática.

O Monitor de Saúde atua no Programa Saúde na Escola, que iniciou este ano na escola pesquisada. O trabalho desse profissional consiste em fazer cadastros de alunos no programa, articular a escola com o posto de saúde e acompanhar alunos em consultas médicas. A formação mínima exigida para essa função é ensino médio completo.

Os Estagiários de Educação Inclusiva atuam com alunos com necessidades educativas especiais, que necessitam de auxílio nas atividades escolares ou acompanhamento especial. Os alunos que apresentam deficiências mais graves são acompanhados por estagiários de pedagogia e os demais alunos são acompanhados por estagiários do ensino médio. A partir de 2011, eles serão substituídos por pessoal contratado pela caixa escolar, com a exigência do ensino médio completo.

Os Estagiários de Nível Superior são estudantes de graduação, que participam de programa de estágio, envolvendo parceria entre a prefeitura e algumas faculdades ou universidades. O estágio consiste em ministrar oficinas para os alunos participantes do Programa Escola Integrada.

Os Oficineiros são pessoas contratadas para ministrar oficinas para os alunos, substituindo o professor regente de turma. Isso ocorre em ocasiões em que o professor necessita participar de reuniões no horário de trabalho, de modo a não prejudicar a carga horária das aulas. A formação mínima exigida para essa função é o ensino médio completo e uma formação na área da oficina, a qual irá desenvolver.

Esses novos profissionais da escola, em geral, recebem um salário mínimo para trabalhar diretamente com alunos, possuindo pouca ou nenhuma formação na área educacional. Além disso, muitas vezes, não têm experiência profissional, sendo a atuação na escola a primeira experiência de trabalho.

A variedade de profissionais, que atuam em diferentes atividades educativas, torna complexa a gestão de pessoal na escola. Atualmente, a equipe de gestão

conta apenas com o diretor e vice-diretor. Além dos gestores, a escola possui 148 profissionais da educação, trabalhando no ambiente escolar com diferentes tipos de vínculos, formações e salários. Toda esta conjuntura acarreta conflitos no interior da escola.

O conflito maior está relacionado ao Programa Escola Integrada e ao Programa Escola Aberta. Muitos professores reclamam do Programa Escola Aberta, pois, segundo eles, o mesmo vem causando a fragilização da escola. As reclamações mais comuns são: destruição de painéis das salas de aula, por conta da realização das atividades do Programa neste espaço; uso de músicas consideradas pelos educadores como “inadequadas” para o ambiente escolar; ocupação de forma abusiva do espaço da escola pelosicineiros; exposição excessiva da escola. Já em relação ao programa Escola Integrada, os professores reclamam que: o Programa recebe mais verba do que a escola regular; os alunos ficam ainda mais agitados; os alunos não aprendem nas oficinas, pois não percebem mudanças neles.

Frente a essas críticas, os profissionais que trabalham nesses programas defendem a importância educativa dos mesmos, por possibilitar uma formação diferenciada aos alunos e uma maior interação e abertura da escola para a comunidade.

Outro ponto de conflito é a utilização dos espaços dentro da escola. A tradicional sala de professores se torna um símbolo de espaço demarcado pelos professores. Estes costumam reclamar do uso que é feito da sala nos finais de semana. Ou se delimita espaço para cada grupo ou se buscam meios para a “difícil” integração. Um procedimento que a escola vem adotando é integrar as coordenações dos projetos em uma mesma sala para tentar unificar as ações. É necessário unificar o almoxarifado, pois a tendência é cada grupo querer guardar o material que usam em um lugar.

Um problema que se apresenta para os gestores escolares é a necessidade de promover formação teórica e formação em serviço aos novos agentes no interior da escola, devido à baixa escolaridade desses. A rotatividade é outro ponto prejudicial, tanto para o trabalho da equipe gestora, quanto para os alunos, pois, muitas vezes, não há continuidade do trabalho realizado. A equipe gestora, além do grande número de serviços demandados pelas caixas escolares, ainda precisa constantemente desenvolver ações de formação, tendo em vista a rotatividade dos

membros das equipes dos projetos. Até problemas como danos ao patrimônio da escola, tornam-se mais complexos de serem aferidos, devido ao grande número de pessoas na equipe escolar e poucas pessoas na equipe gestora.

Além dos problemas citados, um problema que se deve destacar é a falta de tempo no horário de trabalho para reunião sistemática com todos os trabalhadores da escola. O trabalho da escola fica muito fragmentado, pois com tantos grupos de profissionais se torna mais difícil integrar o trabalho pedagógico, principalmente, nessa escola que possui 1.336 alunos.

As conseqüências para o trabalho pedagógica são grandes, pois a falta de momentos sistemáticos para reunião de todo o grupo, a diferença salarial, a diferença de formação e a rotatividade de profissionais dificultam a execução do PPP da escola. O clima de trabalho é tenso, pois a comunicação dentro da escola fica cada vez mais difícil, gerando insatisfação e desgastes nas relações de trabalho.

É necessário investir em comunicação, encontrando no tempo escolar “brechas” para integrar e reunir o maior número de pessoas em projetos comuns, sejam festividades, excursões e projetos, onde as tarefas são divididas entre os diversos grupos. A equipe gestora deve trabalhar com foco na integração, buscando vencer os entraves impostos, para que o trabalho pedagógico seja realizado da melhor maneira possível.

Nesse contexto, fazer uma gestão escolar democrática é um grande desafio. Integrar todos em um projeto de escola, como propõe o PPP da instituição, exige da direção e coordenação um esforço para mediar os conflitos e integrar os grupos. Assim, cabe aos gestores administrar as relações conflitantes no interior da escola.

A respeito da democratização das relações de trabalho na escola pública básica, Japécanga (2000, p. 42) afirma:

As relações de trabalho na escola pública se constituem em relações de poder. Fazer essa afirmação coloca em questão a forma como se organiza o trabalho nessa instituição. Geralmente predomina na escola um poder centralizador exercido pelo diretor. Deste emanam todas as decisões. Teoricamente, as regras tendem a ser consideradas imutáveis e todos que lá estão têm um papel previamente definido. Na verdade, deveriam ser cumpridores de tais regras sem poder formalmente questioná-las.

Veiga (2008, p. 31) também aborda os embates vivenciados no interior da instituição escolar, ressaltando a necessidade de se formar uma nova organização do trabalho pedagógico:

[...] as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola. Por isso, todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. Há uma correlação de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reformas educacionais dos anos 90 no país reforçaram a importância da descentralização do poder e da autonomia das escolas, mas, em contrapartida, contribuíram para intensificar o trabalho do gestor escolar. Este possui uma sobrecarga de trabalhos administrativos e não conta, muitas vezes, com condições apropriadas de infra-estrutura para a realização do seu trabalho. A entrada cada vez maior de outros profissionais na escola também gera o aumento do trabalho da equipe gestora.

Os conflitos que emergem na convivência entre diferentes profissionais da educação na escola, sejam professores da educação básica ou de projetos/programas educacionais, trazem dificuldades para a gestão escolar. Destacam-se alguns elementos que afetam as relações de trabalho hoje na escola: a falta de valorização dos profissionais da educação; falta de uma formação adequada para atuar nas atividades de ensino-aprendizagem; baixa remuneração dos docentes, principalmente, daqueles que atuam nesses programas e projetos.

Diante desses problemas, o gestor escolar é desafiado a agir como mediador, propiciando o diálogo e a construção de relações democráticas. Percebemos que essa mediação pode ser feita, entre outros meios, pela promoção de momentos de integração e criação de objetivos comuns entre os grupos e investimento na comunicação interna para amenizar os conflitos e divulgar os trabalhos realizados.

Assim, torna-se necessário instaurar no interior da escola um ambiente de cooperação entre todos que nela trabalham, tornando possível uma educação de qualidade e uma sociedade mais igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2010.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A democratização das relações de trabalho na escola pública básica. **Organização e Democracia**, Marília, v. 1, n. 1, p. 41-49, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CONAE 2010 - Construindo o sistema nacional articulado de educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação**. Brasília, Ministério da Educação, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

SOUZA, Kátia Reis de *et al.* A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 1057-1068, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

**ANEXO - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Gracy Vianna Lage**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**E. M. GRACY VIANNA LAGE**

**ROSELITA SOARES DE FARIA**  
**BELO HORIZONTE, 2010**  
**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**  
**E. M. GRACY VIANNA LAGE**

**Trabalho acadêmico apresentado à disciplina**  
**Projeto Vivencial do Curso Formação de Gestores**  
**da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.**

**ROSELITA SOARES DE FARIA**  
**BELO HORIZONTE, 2010**

## SUMÁRIO

1-	
INTRODUÇÃO.....	04
2-FINALIDADES DA ESCOLA.....	05
3-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ESTRUTURA FÍSICA.....	06
4-ESTRUTURA ADMINISTRADAS ESTRUTURA PEDAGÓGICA.....	09
5-CURRÍCULO.....	10
6-TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	11
7-PROCESSOS DE DECISÃO.....	12
8-RELAÇÕES DE TRABALHO.....	13
9-AVALIAÇÃO .....	15
10- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17

## BIBLIOGRAFIA

## 1- INTRODUÇÃO

Com o objetivo de formular um plano de identidade e ação pedagógica que viabilize maiores possibilidades de melhorias no processo de ensino-aprendizagem, a Escola municipal “Gracy Vianna Lage” retomou em 2010 a construção coletiva de seu Projeto Político Pedagógico, elaborado inicialmente em 2009.

Projeto Pedagógico é um recurso importante para unir o coletivo da escola em uma linha de trabalho e que define os propósitos e compromissos da escola, e sua construção deve garantir a participação de toda a comunidade escolar.

O momento de construção do Projeto Pedagógico apresentou-se como uma desafio. Refletir sobre o fazer pedagógico, o público alvo da ação educativa, a função social da escola, as tradições e inovações, a prática docente, a organização do trabalho escolar, os obstáculos encontrados na trajetória de formação dos educandos, as possibilidades e limites não é uma tarefa fácil, exigindo empenho de todos os envolvidos.

O trabalho de construção foi iniciado com a promoção de encontros entre educadores de cada ciclo de idade de formação para realizar o levantamento da situação atual por meio de questionários. A comunidade também contribuiu através de questionários enviado a todos os pais e alunos. Os professores, equipe técnica e funcionários também responderam a questionário que tinha como objetivo identificar o perfil do público atendido pela escola, levantar os princípios educacionais e valores que gostariam que fossem priorizados em todas as ações empreendidas pela escola. Através da leitura desses questionários, identificou-se o perfil do público alvo, suas expectativas e necessidades e o resultado foi apresentado para a comunidade escolar em assembléia. Por meio de um grande encontro com corpo docente, representação do corpo discente e interessados da comunidade e pais/mães de alunos. As propostas apresentadas pelos diversos segmentos da escola foram estudadas, discutida e encaminhadas para a plenária. Após a votação a assembléia elegeu uma comissão para redigir o projeto e apresentá-lo para a comunidade.

O resultado é este documento consolidado, que reflete a atual fase do processo, o consenso possível de nossas concepções pedagógicas. Como processo, pressupõe um permanente por-fazer. Esse trabalho, que pretende ser norteador da prática pedagógica, continuará a ser construído na escola, dia-a-dia, passo-a-passo.

Localizada no bairro Jardim dos Comercários, à Rua João Soares Leal, número 23, a Escola Municipal “Gracy Vianna Lage” está em uma área residencial na periferia de Venda

Nova, Belo Horizonte, email: [emgvl@pbh.gov.br](mailto:emgvl@pbh.gov.br) tel(fax): 3277-5567 oferecendo o Ensino Fundamental para crianças de 6 a 15 anos e a modalidade Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Belo Horizonte. A escola possui 66 professores

O total de 1336 aluno está distribuído em três turnos, sendo o noturno dedicado à Educação de Jovens e Adultos.

## **2-FINALIDADES DA ESCOLA**

A função social da Escola Municipal Gracy Vianna Lage compreende empenhar-se em:

Garantir o direito à formação global e continuada do ser humano, considerando as dimensões crítica, social, política, ética, ambiental, estética e cognitiva, possibilitando ao educando conhecer e intervir na realidade social;

Instrumentalizar o aluno na leitura e na escrita, para que seja sujeito de sua própria formação;

possibilitar a aprendizagem de múltiplas habilidades e conteúdos que são necessários à vida em sociedade, de forma que o aluno compreenda a realidade da qual faz parte, situando-se nela, interpretando-a, criticando-a e contribuindo para a transformação dessa realidade;

Juntamente com a família e o Estado, a escola deverá garantir meios para permanência do aluno no espaço escolar, procurando combater toda forma de exclusão;

incluir gradativamente alunos portadores de deficiência, respeitando suas diferenças e oportunizando seu desenvolvimento, através da capacitação adequada dos profissionais;

ser um agente de inclusão social;

respeitar os direitos fundamentais e os ritmos diferentes de desenvolvimento;

propiciar acesso a tecnologias modernas de comunicação, inserindo o aluno em sua contemporaneidade, em conformidade com as aquisições de tecnologias pela escola;

efetivar condições e possibilidades de acompanhamento e participação dos pais ou responsáveis e da comunidade em geral no processo educacional;

fortalecer as instâncias de participação: colegiados, grêmios, conselhos, etc;  
participar, junto com a comunidade das lutas pelos direitos de todos os cidadãos;  
oferecer ensino de qualidade.

Contudo, ficou aprovado pelo coletivo que a Escola Municipal “ Gracy Vianna Lage” deve assumir definitivamente o letramento e a alfabetização como prioridades do trabalho pedagógico. Todo o trabalho de ação e intervenção pedagógica da escola, na totalidade dos turnos e da escolarização, deve se apoiar na necessidade de estarem os profissionais comprometidos, articulados entre si e dedicados a esse tipo de aprendizagem.

### **3-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

#### **3.1-ESTRUTURA FÍSICA**

Nos últimos anos em decorrência dos projetos da escola a estrutura física vem apresentando melhorias. Como trata-se de uma escola com 24 anos de funcionamento primeiramente projetada para atender até a 4ª série, há vários problemas que aos poucos vão sendo solucionados.

No dia 23 de outubro de 2009 a E. M. Gracy Vianna Lage completou 23 anos de atendimento à comunidade do bairro Jardim dos Comerciários. Todos temos muito a comemorar. Algumas professoras estão aqui desde a fundação da escola e são testemunhas das primeiras conquistas e dos grandes desafios que temos enfrentado durante esses anos.

A população do bairro e adjacências cresceu bastante e a escola acompanhou este crescimento. Comparando o bairro e a escola podemos dizer que o crescimento foi populacional, mas as condições para atender a todos continuam precárias. Os investimentos públicos na região estão aquém das necessidades básicas dos habitantes. Até 1991 a escola funcionava apenas de 1ª à 4ª série. Aos poucos o público atendido cresceu e hoje temos 1300 estudantes distribuídos em três turnos com idade entre 5 e 79 anos; 250 estudantes frequentando o Programa Escola Integrada; 500 pessoas, aproximadamente, por final de semana participando das oficinas do Programa Escola Aberta; 135 funcionários (professores, auxiliares de secretaria, bibliotecários, auxiliares de serviços, estagiários, agentes culturais, oficineiros, guardas municipais), além do público atendido pelo Juizado de

Conciliação do Tribunal de Justiça de MG. A escola também é usada nos finais de semana para realização de encontros da comunidade.

Diante do exposto, confirma-se que a E. M. Gracy Vianna Lage vem ao longo dos anos desempenhando democraticamente o seu papel social, abrindo as portas para receber todos aqueles que precisam e querem fazer parte de uma instituição educacional e cultural.

No entanto, quando pesquisado junto aos estudantes e à comunidade o que precisa ser melhorado na escola é unânime a indicação do espaço físico. Este é apontado como deficitário, mal distribuído, não atende os anseios do público atendido.

A escola cresceu em público e em Programas institucionais desenvolvidos, no entanto, a sua rede física apresenta vários problemas, pois não foram realizadas as adequações necessárias para atendimento aos novos Programas e também à mudança do perfil do público atendido pela Escola. A rede física também é uma das prioridades da Direção atual, pois um ambiente acolhedor contribui para que estudantes e funcionários se sintam respeitados, seguros e comprometidos com a qualidade do serviço prestado e com a preservação do patrimônio público.

Desde janeiro 2009, quando assumimos a direção da Escola, encaminhamos diversos documentos para a Gerência Regional de Manutenção de Próprios de Venda Nova /GERMAP-VN, relatando a situação da rede física da escola e solicitando as providências necessárias. Entretanto, todas as soluções foram paliativas, temporárias, não resolvendo definitivamente os problemas. Sendo assim, acreditamos ser imprescindível uma avaliação completa e ações planejadas para curto e médio prazos devido à complexidade dos problemas até então identificados por esta Direção e de outros que possivelmente existem. São eles:

- Reforma da rede elétrica

Só este ano foram pagos 4 RPAs com contratação de serviços de manutenção elétrica, mas todas as soluções foram temporárias. É necessário uma revisão de toda parte elétrica com profissional especializado. Há risco de acidentes elétricos, uma vez que estamos constantemente com picos de energia, tomadas e equipamentos queimados, e também porque a rede elétrica é muito antiga e nunca passou por uma revisão geral.

- Revisão da rede hidráulica

Em 2008, a construtora Adserve reformou os banheiros masculino e feminino usados pelos estudantes, mas devido ao péssimo acabamento feito

estamos tendo problemas com vazamentos no vaso sanitário, portas que não fecham, azulejos mal rejuntados e soltando e outros. Também em 2008, esta mesma empresa construiu duas salas que apresentam defeitos na rede hidráulica e acabamento com material de péssima qualidade. Segundo informações de gestores de outras escolas, esta construtora também executou serviços de má qualidade, quando contratada.

Há também problema, ainda não identificado, no sistema de armazenamento de água, acarretando constante falta de água. Mesmo com intervenções da GERMAP-VN e da COPASA o problema não foi solucionado.

- Reforma e adaptações no banheiro dos funcionários

A escola tem somente um banheiro masculino e outro feminino para atender 135 funcionários. Estes ainda ficam abertos nos finais de semana para uso dos participantes do Programa Escola Aberta, uma vez que os banheiros dos estudantes não ficam liberados, pois são constantemente depredados e os chuveiros roubados.

- Revisão no telhado

Existe uma infiltração no telhado das salas onde está localizado o almoxarifado. Inundações já causaram perda de material de papelaria e livros. A GERMAP-VN e a Construtora Adserveres ficaram responsáveis por resolver o problema, mas até o momento sem solução. O telhado das salas de aulas (15, 16 e 17) continuam com infiltrações, mesmo depois das intervenções da GERMAP-VN.

1. Construção de telhado

Os corredores de acesso à cantina não são cobertos, assim, é necessário a construção de um telhado para proteção no período das chuvas. Não há uma cobertura em torno da cantina e quando chove é impossível ir até lá sem se molhar.

1. Recebemos este ano uma máquina de lavar roupas e uma secadora, mas não há espaço ou uma orientação para construção de lavanderias.

- Para a demanda atual da cantina, observamos que é necessário construir uma área de freezers em espaço restrito.

- Recentemente fomos advertidas pela vigilância sanitária que apontou a necessidade de construção de mais banheiros, revisão da rede hidráulica, reformas no piso do pátio e salas de aula.

●Como a escola está localizada em terreno acidentado, é urgente a implantação do plano de acessibilidade, bem como, uma avaliação de um técnico de segurança do trabalho para apontar áreas de risco aos alunos e trabalhadores, e assim, fazer as adequações de segurança.

●**Biblioteca**

A nossa biblioteca é o espaço mais agradável na opinião de alunos e professores. Porém, a mesma é pequena ( do tamanho de uma sala de aula) para atender a demanda. A ampliação da biblioteca é um sonho de todos.

●**Brinquedoteca**

Estava no nosso planejamento transformar a sala de vídeo em uma brinquedoteca, porém foi necessário utilizar o espaço para o projeto de aceleração de estudos, assim não temos sala de vídeo nem brinquedoteca.

### **3.2- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

A escola possui hoje 146 funcionários.. São 66 professores, 10 faxineiros, 7 cantineiras, 2 vigias , 2 porteiros, 1 mecanógrafo, 12 estagiários de inclusão, 3 auxiliares de biblioteca, 4 auxiliares de secretaria, 1 secretária, 1 ártice, 8 coordenadores, 8 oficineiros do Programa escola aberta, 9 agentes culturais, 6 estagiários do programa Escola Integrada, 2 agentes de informatica, 2 na direção, 1 auxiliar de caixa escolar, 3 pessoas em readapção funcional.

A escola é mantida pelas subvenções da prefeitura e do governo federal sendo a subvenção regular a principal verba da escola. Todos os gastos devem ser aprovados pelo colegiado e pelo conselho fiscal da caixa escolar.

### **3.3 -ESTRUTURA PEDAGÓGICA**

Em decorrência de pertencer a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, a escola se organiza levando em consideração os princípios norteadores da escola plural., proposta política pedagógica implantada em 1995.

O ensino fundamental se divide em três ciclos de formação e cada ciclo por sua vez é composto de três etapas. Considerando as etapas do desenvolvimento do educando, suas necessidades e potencialidades, cada ciclo de formação tem sua especificidade. O primeiro ciclo atende à crianças de 6 a 8 /9 anos, sendo o foco do trabalho educativo centraliza-se na alfabetização e socialização, aspectos que se interligam e interagem. O segundo ciclo atende a pré-adolescentes de 9 a 11/12 anos, tendo como objetivo principal a consolidação do processo de alfabetização, possibilitando o letramento. Já os alunos do terceiro ciclo atende a adolescentes de 12 a 14/15 anos, portanto é o ciclo que encerra o ensino fundamental e seus objetivos devem corroborar para o desenvolvimento global do educando.

A metodologia do 1º ciclo vêm-se utilizando, na sua prática pedagógica de recursos que privilegiam o desenvolvimento da alfabetização e a socialização e, para tanto, exige-se a utilização de múltiplas metodologias. Para cada tema ou assunto abordado, habilidades que se pretendem desenvolver, caberá a escolha da metodologia adequada. Nesta perspectiva, destacam-se: a observação, a construção e resolução de problemas, a pesquisa, os experimentos, os jogos e desafios, as vivências culturais, as atividades corporais, os registros nas suas diversas possibilidades, etc.

Para o segundo ciclo vêm-se utilizando, na sua prática pedagógica, de recursos que privilegiam o desenvolvimento da autonomia e consolidação da alfabetização e para tanto, exige a utilização de múltiplas metodologias. Para cada tem ou assunto abordado, habilidades que se pretendem desenvolver, caberá a escolha da metodologia adequada e formas de organização do trabalho em sala de aula. Diversificar a metodologia é necessário, pois as turmas são heterogêneas. É necessário fazer a regulação das aprendizagens, buscando caminhos para a aprendizagem de todos os alunos.

No terceiro ciclo é necessário trabalhar com temáticas por meio de oficinas ou por temas transversais do universo do adolescente como temas da atualidade, de ordem familiar, sexualidade e afetividade, participação cidadã, tribos e grupos de convivência. O objetivo é estimular o gosto pelas atividades escolares e incentivar a continuidade dos estudos, principalmente para alunos do último ano.

## **4- CURRÍCULO**

Considerando que a condição humana é de ser de relações e que, por isso, necessitamos da referência do outro para nos reconhecemos, não podemos desconsiderar

que o professor, nas dimensões atitudinais e na sua afetividade percebida pelos alunos, exerce importante papel na agregação de sutilezas aos ensinamentos e conteúdos explicitamente abordados durante o trabalho escolar.

Todavia, quer explícito ou implicitamente o aprendizado vai sempre depender da significação que os alunos atribuem à escola e a seus professores, a quem cabe cuidar para que sejam compreendidas as relações professor-aluno, professor-professor, aluno-aluno e aluno-conhecimento, numa visão de que a formação compreende aprender a aprender, aprender a ser e a conviver, aprender a fazer. Dessa maneira os professores deverão proceder ao diagnóstico, investigando o nível do desenvolvimento do aluno, os seus interesses e expectativas. O procedimento de enturmação antecipa-se à organização e abordagem de conteúdos. Esta deverá ser uma tarefa coletiva, não significando que iniciativas individuais não possam ser realizadas, desde que sejam discutidas no grupo.

## **5- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

A portaria SMED.SMAD 008-97 (DOM, 03/12/97), prevê para o cargo do professor municipal uma carga horária de 22h30min semanais de efetivo trabalho escolar, distribuídas em regência, projeto (ACPAT), recreio e reunião.

Cargo do professor:

- 14 h de regência
- 4 h de projeto
- 2h de reunião pedagógica
- 2h 30 min de recreio

O tempo equivalente a 20% da jornada semanal do professor ( 4 h de projeto) deve ser trabalhado conforme orientações constantes da lei municipal nº 7577 de 21/ 09/98:

“§ 3º – Será destinado aos ocupantes do cargo de professor municipal o equivalente a 20% de sua jornada semanal, está excluído o tempo diário reservado para recreio na escola, para a realização de atividades coletivas de planejamento e avaliação escolar, de acordo com as regras estabelecidas pela SMED.”

“§ 4º - As atividades coletivas de planejamento e avaliação escolar previstas no parágrafo anterior compreendem as tarefas definidas pelo projeto

pedagógico da escola e administradas por seu colegiado, a serem desempenhadas pelo servidor na unidade escolar a que se vincula, salvo se exigida a sua prestação em outro local”

É importante assimilar que todo professor tem o direito a esse tempo e que o mesmo deve ser compreendido como um tempo da escola, dos grupos de trabalho, em função do atendimento aos alunos, ou seja, a organização desse “tempo de projeto” compõem o tempo pedagógico da escola e deve ser definida de forma coletiva através de discussões suscitadas a partir da Proposta Pedagógica da Escola”. ( Caderno: A Construção Pedagógica do Tempo Escolar, p. 23, SMED, BH, 1999).

Com o fim das reuniões pedagógicas semanais que era um tempo destinado para planejamento no coletivo de 2 horas por semana, o trabalho dificultou muito. Para tanto, a diretriz posta pela SMED é que este tempo de planejamento coletivo seja possível sem a dispensa de alunos com oficinas em no máximo 4 horas por turma por mês. Sendo esta hoje um dos poucos espaços para reunir o coletivo da escola, é necessário organizá-lo afim de otimizá-lo. Fica a cargo da coordenação e direção da escola organizar as reuniões coletivas e organizar a substituição dos professores por oficinas.

O calendário escolar deverá ser elaborado antes do início do ano letivo observando as orientações da SMED, pela equipe de educadores da escola e aprovado em assembléia, férias e também as datas para realização dos projetos institucionais deverão ser definidos na elaboração do calendário.

## **6- PROCESSOS DE DECISÃO**

A gestão democrática implica em administrar qualquer instituição baseando-se nos princípios da participação popular, da democracia.

O povo, ao longo da história, viu-se excluído de participar da construção de sua própria história. Uma pequena elite dominava e decidia pela maioria. Não havia discussão. Não se tinha sequer o direito de opinar.

A sociedade brasileira possui as marcas do autoritarismo e da arbitrariedade. Para quebrá-la foi preciso muita luta, muita participação do povo que “gritava” e exigia o direito de participar.

Azevedo nos lembra que o próprio PPP – Projeto Político Pedagógico é um instrumento fundamental para a efetivação da democracia social. Apesar dos inúmeros problemas enfrentados no âmbito educacional, a participação garante a visibilidade destes problemas, mas também o vislumbrar de soluções.

Devemos assumir a responsabilidade de participar. Precisamos insistir na coragem e vontade de nos articularmos, organizando formas de participação, representação e atuação.

Na escola temos:

- Congresso político-pedagógico- previsto para ser realizado a cada dois anos, com o objetivo de avaliar o processo de implementação do Projeto Político Pedagógico. Participa toda a comunidade escolar, em sua totalidade, se o espaço físico permitir, ou por representatividade. As decisões tomadas em um congresso só podem ser revogadas no congresso seguinte;
- Assembléias – que acontecem com a convocação e participação de toda a comunidade escolar. Não há representação. No decorrer do ano, são previstas, obrigatoriamente, duas. Na hierarquia, são instâncias superiores ao colegiado, podendo, após debates, mudar as decisões deste;
- O colegiado- que se reúne normalmente uma vez por mês ou, em caráter extraordinário, a qualquer momento. Presidido pela direção da escola, participam representantes dos alunos, dos pais, dos funcionários e dos professores. Suas decisões são consultivas e deliberativas, após análises da situação da escola, quanto à administração e ao pedagógico.
- Coordenação – as coordenações dos respectivos turnos serão escolhidas dentro de cada grupo por meio de eleição entre os interessados para o trabalho de organização, articulação e acompanhamento do trabalho pedagógico e dos alunos.
- Direção – formada por um(a) diretor(a) e um(a) vice-diretor(a), eleita a cada três anos. Atua como gestora da escola sendo que, numa perspectiva de gestão democrática, deve ser a principal articuladora e incentivadora do funcionamento das demais instâncias;
- O grêmio estudantil- está inativo. Esse espaço deve ser revitalizado pelos alunos, buscando o debate dos assuntos de seu interesse. É preciso reativá-lo.

A garantia de que a gestão democrática continua avançando depende do envolvimento e da participação de todos. Mesmo que a gestão seja compartilhada, cabe à direção estimular e articular todas as ações nesse processo democrático.

## 7- RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações profissionais na escola devem-se pautar pela ética da solidariedade e do respeito. Em uma escola todos os profissionais são importantes e todos devem se ver como educadores. A responsabilidade de cuidar e educar é do porteiro até a direção. É bom lembrar que aos educadores da EMGVL cabe levar em consideração a diversidade cultural de seus alunos como um eixo fundamental para sua formação, já que isto implica enormemente em seu trabalho cotidiano. Desse modo, o profissional que atua nessa escola deve estar preparado e/ou preparar-se para interagir empaticamente com as diferenças, praticando diariamente o exercício do diálogo e da tolerância.

O corpo docente vê-se envolvido num projeto de formação contínua e em serviço, buscando uma melhor preparação profissional a fim de aprimorar seu trabalho com crianças, jovens e adultos oriundo de classes populares.

Um desafio posto para a escola na atualidade é a integração dos diversos setores que trabalham com atividades educativas diretamente com os alunos. Hoje a escola possui vários projetos que envolvem várias entradas e tipos de vínculos profissionais.

- Oficineiros voluntários ressarcidos do Programa Escola Aberta que atuam nos finais de semana, pessoas da comunidade que recebem R\$5,00 ( cinco Reais) por hora trabalhada como ajuda de custo transporte e alimentação;
- Agentes culturais que atuam no Programa Escola Integrada ( tempo integral) com carteira assinada pela AMAS e trabalham com oficinas de segunda a sexta por 4 horas diárias e 1 dia para planejamento.
- Estagiários do Programa Escola Integrada- Estagiários contratados via caixa escolar por meio de convênio firmado com as faculdades, os estagiários assim como os agentes culturais atuam com oficinas pedagógicas junto aos alunos do Programa Escola Integrada;

- Estagiários de inclusão- estagiários contratados pela prefeitura de Belo Horizonte para acompanhar alunos de inclusão. Estagiários de ensino médio acompanham alunos com graus de deficiência leves e os estagiários de ensino superior acompanham casos mais graves.

- Oficineiros – são pessoas contratadas pela Caixa Escolar para ministrar oficinas junto aos alunos para liberar os professores para a reunião pedagógica.

Com esses novos sujeitos no interior da escola, exige-se da coordenação dos projetos e da direção um esforço maior de integração das equipes de de pensar formação em serviço, pois o grau de formação dos mesmos é inferior ao dos professores.

Para tanto, é necessário que a direção consiga articular com o grupo:

- Momentos coletivos para confraternização, conhecimento e entrosamento das diversas equipes ;
- promover formação com as diversas equipes;
- conscientizar sobre a utilização dos espaços e tornar a sala dos professores em um lugar de encontro das diversas equipes;
- promover reuniões conjuntas com as coordenações das diversas equipes.

## 8- AVALIAÇÃO

A avaliação é um dos elementos importantes para construção do processo ensino-aprendizagem. De maneira geral convencionou-se que na escola a avaliação seja atrelada a uma nota, conceito, ficha ou mesmo relatório que representa de uma forma ou de outra o desempenho escolar de cada aluno. Mas a sua função primordial é contribuir para a otimização dos processo ensino-aprendizagem.

A avaliação é um meio pelo qual alunos e professores podem verificar se os objetivos dentro de um planejamento estão sendo alcançados (feedback). Nessa perspectiva a avaliação passa a ser um parâmetro para a reorientação da dinâmica do da professor(a).

Por outro lado, pensando no desenvolvimento intelectual e social dos alunos, deve-se considerar que as aptidões e habilidades são muito diversas dentro de um mesmo grupo. E isso revela que, dentre as múltiplas formas de inteligência, todas igualmente são valiosas.

Assim, a avaliação pode ser compreendida como o acompanhamento da ação educativa marcada pelas seguintes características: qualitativa, descritiva, diagnóstica, formativa, interativa e dialógica. É necessário acompanhar as ações desenvolvidas pelos integrantes do processo, o início, a trajetória e os resultados da ação educativa, o processo de produção do conhecimento, o desenvolvimento das competências e habilidades. O resultado dos alunos reflete o resultado do nosso próprio trabalho. É dever de toda comunidade escolar acompanhar a comunidade escolar juntamente com a secretaria de educação. A avaliação e o acompanhamento dos resultados deve envolver um processo participativo, crítico que consiga aliar uma visão individual e coletiva. A avaliação constitui um processo contínuo de repensar a prática.

A avaliação da aprendizagem deve ter como finalidade verificar a aprendizagem e a validade do processo, criando condições especiais e diversificadas para os alunos que não conseguiram desenvolver determinadas habilidades.

Levando em consideração as características e as dimensões do processo de acompanhamento da aprendizagem, a avaliação deve contemplar as seguintes estratégias ou formas:

- avaliação diagnóstica - consiste em investigar o nível do desenvolvimento do aluno, tendo em vista orientar a programação e o planejamento dos conteúdos que serão desenvolvidos durante o processo. Torná-se essencialmente educativa porque funciona como critério básico de referência para as intervenções pedagógicas. Ela proporcionará ao professor condições de acompanhar o progresso do aluno, facilitando sua caminhada para estágios mais avançados de desenvolvimento.
- A avaliação diagnóstica deverá ser realizada no início de cada ano letivo para identificar perfil de entrada, porém nada impede que o(a) professor(a) realize-a durante o ano, antes de iniciar uma nova unidade didática.
- Avaliação do processo - tem como objetivo verificar as variáveis do processo e o desenvolvimento do aluno. Deverá ser realizada durante todo o processo, abrangendo as várias áreas do conhecimento. A utilização de diferentes técnicas e procedimentos possibilitarão condição de perceber os avanços e as dificuldades dos alunos, bem como a eficiência e eficácia da metodologia utilizada pelo(a) professor(a).

Se avaliação detectar que um número significativo de alunos não desenvolver as habilidades e competências esperadas, o processo deve ser revisto, reformulado ou modificado pelo professor, juntamente com a equipe pedagógica. Se um pequeno número de alunos não apresentou desenvolvida determinada habilidade, o processo como um todo

é válido. Esses alunos necessitam de atendimento diferenciado dentro da própria turma ou em enturmação flexível. A forma de atendimento dependerá do tipo de dificuldade apresentada.

Avaliação final- No final de cada ciclo a escola deverá promover uma avaliação final, através de prova escrita e conselho de classe, com o objetivo de verificar o perfil de saída do aluno. E momento de conferir se as competências e habilidades pretendidas foram alcançadas.

Caso o aluno apresente desenvolvidas as competências e habilidades esperadas será enturmado no ciclo seguinte, porém, se apresentar desenvolvimento muito abaixo do esperado poderá:

Ser enturmado no ciclo seguinte (o aluno fica obrigado a paralelamente participar de um projeto para recuperar a aprendizagem);

ser retido no ciclo - ( a escola deverá elaborar um projeto para garantir o desenvolvimento das habilidades esperadas).

A recuperação deverá ocorrer ao longo do período letivo. Cabe ao professor, aplicar trabalhos paralelos para recuperação dos alunos com conceitos D e E e criar condições especiais e diversificadas para desenvolver determinadas habilidades.

Os casos especiais, cujo nível das dificuldades apresentadas for difícil de ser recuperadas na própria sala, junto com a turma, deverão ser encaminhados para fazerem parte do projeto de reforço escolar.

## **9- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este não é um documento fechado, mas sim em construção. Em votação com o público presente fica-se firmado que o PPP será revisto a cada 2 anos. Esse procedimento é necessário para garantir a sua constante atualização e permitir que todos tenham conhecimento do seu conteúdo.

Um dos momento gratificantes do trabalho educativo é quando percebemos que conseguimos realizar nossos propósitos. Com certeza a construção do Projeto Político Pedagógico vai além, pois é uma tarefa coletiva e todos são responsáveis pela execução. Por meio da elaboração deste documento conseguimos dar rumo ao trabalho da EMGVL.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 16 julho. 2010.

[Oliveira, João Ferreira. A construção coletiva do projeto político pedagógico – PPP da escola.](#)

[Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/65/moddata/data/3333/3863/13242/Apdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/65/moddata/data/3333/3863/13242/Apdf) Acesso em 17 /05/2010.

Souza, Angelo Ricardo. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file>. Acesso em 17/05/2010

[Azevedo, Janete Maria Lins de. O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.](#) Disponível em

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/65/moddata/data/3333/3863/13244/> Acesso em 17/05/2010.

[E. M. Gracy Vianna Lage . PPP- Projeto Político Pedagógico. Belo Horizonte, Belo Horizonte: 2004.](#)

Ministério da Educação, Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola, um estudo de caso. Programa fundescola/DIPRO/FNDE/MEC: Brasília. 2006.

Ministério da Educação, Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola, Aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. Programa fundescola/DIPRO/FNDE/MEC: Brasília. 2006.

Cadernos da Escola Plural: Proposta Política Pedagógica: Rede Municipal de Educação Construindo uma Referência Curricular para a Escola Plural. Belo Horizonte: 1998.